

ALADI/AAP.CE/2.67/ACR. 1

14 de agosto de 2007

ATA DE RETIFICAÇÃO DO SEXAGÉSIMO SÉTIMO PROTOCOLO ADICIONAL
AO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº. 2

Na cidade de Montevideú, aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em uso das faculdades que lhe outorga a Resolução 30 do Comitê de Representantes como depositária dos Acordos e Protocolos assinados pelos Governos dos países-membros da ALADI, e de conformidade com o estabelecido em seu Artigo Terceiro, faz constar:

Primeiro. Que por meio da Nota Conjunta Nº 132, da Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, e Nº 691/07, da Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL, de 02 de agosto de 2007, ambas as Representações informaram a Secretaria-Geral sobre um erro constatado de transcrição nas versões em idioma português e espanhol do Sexagésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2, assinado entre o Brasil e o Uruguai em 25 de julho de 2007, solicitando sua emenda por meio do procedimento estabelecido na Resolução 30 do Comitê de Representantes.

Segundo. Que o erro constatado está no Artigo 13 do referido Protocolo Adicional:

Na versão em espanhol, onde consta:

“...deberán cumplir con el ICP al que se refiere el Artículo 9º o 14º según corresponda, en un plazo máximo de cinco años...”

Deve constar:

“... deberán cumplir con el ICP al que se refiere el Artículo 9º, en un plazo máximo de cinco años...”

Na versão em português, onde consta:


“... deverão cumprir com o ICP a que se refere o Artigo 9º o 14º quando corresponda em um prazo máximo de cinco anos...”

Deve constar:

“... deverão cumprir com o ICP a que se refere o Artigo 9º em um prazo máximo de cinco anos,...”

Terceiro. Que esta Secretaria-Geral fez as modificações correspondentes nas versões em português e espanhol do Sexagésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N.º 2.

E, para que conste, esta Secretaria-Geral lavra a presente Ata de Retificação no lugar e data indicados, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

TESTADO: "c 14ª según corresponda", NO VALE. 



El mismo deberá discriminar las metas de integración para cada año de programa, de modo de cumplir las exigencias de integración establecidas en los Artículos 12° o 13°, según el caso, y demostrar de forma documentada la imposibilidad del cumplimiento, en el momento del inicio de la producción, de los requisitos básicos establecidos en los Artículos 8° o 9°, justificando la necesidad de un plazo para el desarrollo de proveedores regionales aptos para atender las necesidades del Nuevo Modelo en condiciones normales de abastecimiento.

El Órgano Oficial aprobará el PIP y acto seguido remitirá un informe para su evaluación y deliberación en el ámbito del Comité Automotor mencionado en el Artículo 18° de este Acuerdo.

La empresa que tenga un PIP aprobado y no lo concluya, en virtud de discontinuación de producción del modelo objeto del PIP, sólo podrá tener otro programa aprobado después del plazo final del PIP aprobado. En tanto, la empresa podrá solicitar la alteración del PIP aprobado para adecuarlo al otro nuevo modelo partiendo del nivel de integración (ICR) y del cronograma ya alcanzados.

ARTÍCULO 12° - Índice de Contenido Regional (ICR) en Caso de Nuevos Modelos

Se considerarán también originarios de las Partes los vehículos, subconjuntos y conjuntos alcanzados por el concepto de Nuevo Modelo y producidos en sus territorios al amparo de los Programas de Integración Progresiva – PIP – aprobados. Los productos que figuren en el PIP deberán cumplir con el ICR al que se refiere el Artículo 8° en un plazo máximo de 2 años, siendo que en el inicio del primer año el ICR deberá ser como mínimo 40%, en el inicio del segundo año como mínimo 50%, alcanzando el mínimo del 60% al inicio del tercer año.

ARTÍCULO 13° – Índice de Contenido Regional Preferencial (ICP) en el caso de Modelos Nuevos en la República Oriental del Uruguay

Se considerarán también originarios de la República Oriental del Uruguay los vehículos, subconjuntos y conjuntos alcanzados por el concepto de Nuevo Modelo y producidos al amparo de los Programas de Integración Progresiva aprobados. Los productos mencionados en el PIP deberán cumplir con el ICP al que se refiere el Artículo 9° ~~o 14ª~~ según corresponda, en un plazo máximo de cinco años, siendo que el ICP deberá ser como mínimo de 30% en el inicio del primer año del respectivo Programa de integración Progresiva, de 35% en el inicio del segundo, de 40% en el inicio del tercer año, de 45% en el inicio del cuarto año, alcanzando 50% al inicio del quinto año.

ARTÍCULO 14° – Vehículos Blindados

Los automóviles y vehículos comerciales livianos importados de países de fuera del MERCOSUR por empresas instaladas en el territorio de la República Oriental del Uruguay, en la forma de CBU (Completamente Montado), que sufrieren proceso de perfeccionamiento activo en esas empresas con la finalidad de resistir ataques de armas de fuego y/o explosivos, que cumplan con los requisitos de las normas BRV 1999 y DIN 1063 y con la Regla de Origen Preferencial a continuación, serán considerados originarios de Uruguay y podrán ser exportados para la República Federativa de Brasil con Margen de Preferencia de 100% establecido en el Artículo 3° de este Acuerdo.

RISCADO: "c 14º quando corresponda", NÃO VALE.



A empresa que tiver um PIP aprovado e não concluí-lo, em razão da descontinuidade da produção do modelo objeto do PIP, só poderá ter outro programa aprovado após o prazo final do PIP aprovado. No entanto, a empresa poderá solicitar a alteração do PIP aprovado para adequá-lo a outro novo modelo partindo do nível de integração (ICR) e do cronograma já alcançados.

ARTIGO 12 - Índice de Conteúdo Regional (ICR) no Caso de Novos Modelos

Serão também considerados originários das Partes os veículos, subconjuntos e conjuntos cobertos pelo conceito de Novo Modelo e produzidos em seus territórios ao amparo dos Programas de Integração Progressiva – PIP – aprovados. Os produtos constantes do PIP deverão cumprir com o ICR a que se refere o Artigo 8º em um prazo máximo de dois anos, sendo que no início do primeiro ano o ICR deverá ser de, no mínimo, 40%, e no início do segundo ano, de, no mínimo, 50%, alcançando o mínimo de 60% no início do terceiro ano.

ARTIGO 13 - Índice de Conteúdo Regional Preferencial (ICP) no Caso de Novos Modelos na República Oriental do Uruguai

Serão também considerados originários da República Oriental do Uruguai os veículos, subconjuntos e conjuntos cobertos pelo conceito de Novo Modelo e produzidos ao amparo dos Programas de Integração Progressiva aprovados. Os produtos constantes do PIP deverão cumprir com o ICP a que se refere o Artigo 9º ~~do~~ ~~1º~~ ~~quando corresponda~~ em um prazo máximo de cinco anos, sendo que o ICP deverá ser, no mínimo, de 30% no início do primeiro ano do respectivo Programa de Integração Progressiva, de 35% no início do segundo ano, de 40% no início do terceiro ano, de 45% no início do quarto ano, atingindo 50% no início do quinto ano.

ARTIGO 14 - Veículos Blindados

Os automóveis e veículos comerciais leves importados de países de fora do MERCOSUL por empresas instaladas no território da República Oriental do Uruguai, na forma de CBU (Completamente Montado), que sofrerem processo de beneficiamento ativo nessas empresas com a finalidade de resistir a ataques de armas de fogo e/ou explosivos, que cumpram com os requisitos das normas BRV 1999 e DIN 1063 e com a Regra de Origem Preferencial a seguir, serão considerados originários do Uruguai e poderão ser exportados para a República Federativa do Brasil com a Margem de Preferência de 100% estabelecida no Artigo 3º deste Acordo.

O Índice de Conteúdo Preferencial para veículos blindados se calcula da seguinte forma:

$$ICP = \left\{ 1 - \frac{\text{Valor CIF do veículo CBU e as autopeças de fora do MERCOSUL}}{\text{preço do veículo blindado "ex - fabrica"}} \right\} \times 100 \geq 50\%$$